

CONTAS PÚBLICAS

Com o arrocho feito entre janeiro e julho para pagar os juros da dívida, governo precisa apenas de mais R\$ 1,507 bilhão para alcançar a meta do ano. Déficit da Previdência Social aumenta 21,3%

Tesouro economiza R\$ 44,95 bi

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O arrocho fiscal tem produzido números impressionantes nas contas públicas do governo federal. De janeiro a julho, o superávit primário (economia para pagar os juros da dívida) chegou a R\$ 44,949 bilhões, o equivalente a 4,10% do Produto Interno Bruto (PIB). Além de superior aos 3,82% do PIB obtidos no mesmo período do ano passado, a economia já superou em 13,22% a meta estabelecida para o acumulado em agosto, que é de R\$ 39,7 bilhões. O saldo do mês passado foi de R\$ 5,081 bilhões, um valor 40% maior do que o de julho de 2004.

Só falta R\$ 1,507 bilhão para que se atinja a meta para todo o ano, fixada em R\$ 46,456 bilhões (2,38% do PIB). “O objetivo vai ser cumprido, assim como tem ocorrido desde 1998. Estamos numa situação confortável”, resumiu o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Ele advertiu, entretanto, que as despe-

sas tradicionalmente sobem nos últimos meses do ano, em virtude de gastos com pessoal e aceleração no ritmo de execução de obras, por exemplo. A meta para todo o setor público (União, estados, municípios e estatais) é de 4,25% do PIB.

Para Levy, o desempenho se explica pelo aumento de 16,7% da arrecadação do Tesouro e pela manutenção das despesas dentro do programado. Em julho, o lucro das empresas permitiu um recolhimento de R\$ 4,2 bilhões em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$ 2,6 bilhões em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). “Neste ano, a lucratividade das empresas está repetindo a do ano passado, recorde nos últimos 23 anos”, disse. Os royalties sobre a exploração de petróleo e gás também contribuíram com o esforço arrecadador, rendendo R\$ 2,4 bilhões.

As despesas totais cresceram 13,4% nos sete primeiros meses do ano. Em julho, o pagamento da primeira parcela do 13º salário do funcionalismo custou R\$

Bruno Spada/ABR/15.3.05



JOAQUIM LEVY: CONTROLE DE DESPESAS E AUMENTO DA ARRECAÇÃO AJUDARAM NA OBTENÇÃO DO RESULTADO

1,1 bilhão. Nos últimos 12 meses, os gastos correntes estão em 16,7% do PIB. Segundo Levy, o governo está “ensaando” para se

manter, já neste ano, no limite estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, que é de 17% do PIB. Do

total de R\$ 13,018 bilhões autorizados para investimento neste ano, apenas R\$ 5,412 bilhões já foram comprometidos com

obras e só R\$ 1,385 bilhão foi efetivamente pago até agora.

Previdência

O déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,086 bilhões em julho, num aumento de 21,3% em relação ao mesmo mês de 2004. No acumulado do ano, o rombo já chega a R\$ 19,176 bilhões, numa expansão de R\$ 4 bilhões na comparação com o acumulado até julho do ano passado. O governo abandonou o desejo de ver o déficit estacionar em R\$ 32 bilhões neste ano. “Tecnicamente, eu acho que não vamos atingir a meta”, disse o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer.

A nova estimativa do secretário é de um rombo de R\$ 38 bilhões. Segundo Schwarzer, a greve dos funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não teve um impacto negativo nas contas da Previdência, mas reduziu o número de benefícios concedidos. No mês passado, foram autorizados 207.167 novos benefícios, numa queda de 40,1% em relação aos 346.038 em julho de 2004.